

DESAFIOS POLÍTICOS DE GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA: STATUS DE ESTADO FRÁGIL

Guinea-Bissau's Post-Independence Political Challenges: Fragile State Status

José Moreira¹

RESUMO

O presente artigo procura analisar os desafios que a Guiné-Bissau vem enfrentando desde o período da sua independência, em 1973, enfrentando enormes dilemas na consolidação e organização sociopolítica. Há sucessivas subversões da ordem constitucional e levantes armados, o que propicia a inclusão do país entre os Estados mais frágeis em termos de governança. Ao longo deste estudo, pretende-se abordar os principais acontecimentos que marcaram a história do país, contextualizando aspectos sociopolíticos e históricos. Serviu-se da metodologia qualitativa, por meio de pesquisa exploratória, buscando referencial em livros e artigos sobre a temática. Pretende-se que o estudo traga contribuições para melhor compreender os desafios políticos institucionais da Guiné-Bissau pós-independência.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Desafios Políticos; Estado Frágil.

INTRODUÇÃO

Neste estudo serão verificados os desafios políticos na Guiné-Bissau desde a sua independência até aos dias atuais, compreendendo que o país enfrenta problemas sociopolíticos com vista a consolidação de um Estado estruturado. Há sucessivas subversões e levantes militares, colocando o país em constante crise política e institucional. Desde que se tornou independente, em meados de 1973, Guiné-Bissau registrou breves momentos de estabilidade na governança do país, conforme sonhado por Amílcar Cabral, o pai da independência.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).
E-mail: josesilvamoreira19@gmail.com

Desde sua afirmação como Estado independente, Guiné-Bissau vem enfrentando dificuldades na construção de uma nação coesa. Instabilidade e violência caracterizam a antiga colônia lusófona, normatizando o caráter cíclico de eventos, como convulsões sociais. Cada vez que nasce uma esperança, como a realização de eleições justas, livres e transparentes, observadas pela comunidade internacional, surge uma nova erupção de crise e ingovernabilidade (Jarju, 2019).

Esse estudo será dividido em duas partes: primeira seção – análise do processo do Estado pós-colonial e a construção de um novo Estado independente; segunda seção – debate sobre a situação dos desafios políticos contemporâneos, levando a fragilização do Estado.

O ESTADO PÓS-COLONIAL

A liberdade implica autodeterminação, descolonização completa, proibição do recurso à força e da intervenção estrangeira, banimento de Tratados desiguais e não ocupação estrangeira. Semedo (2011) entende quatro pilares que norteiam a proclamação do Estado guineense à luz do Direito Internacional, dentre os quais destacam-se: princípios da liberdade; universalidade; igualdade de direitos e, por fim, cooperação internacional. A universalidade significa a participação mais eficaz e completa da cooperação internacional. Por outro lado, igualdade de direito, implica a proibição de toda a relação de dominação, soberania igual, direito sobre recursos naturais entre outros aspectos. Portanto, a cooperação internacional, significa direitos do homem, cooperação econômica e direito ao desenvolvimento.

Teoricamente, partindo desse pressuposto, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), saiu das negociações e entrou na capital Bissau em outubro de 1974 para inaugurar o início da Primeira República onde assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que esta requer – sobretudo, a distribuição dos cargos públicos e a garantia do bem-estar dos cidadãos (Semedo, 2011, p. 96).

Importante salientar que a situação era extremamente complexa, sendo a primeira vez que o partido teria contato com exigências para governar. Contextualiza-se a escassez da militância do PAIGC a qualidades técnico-administrativas, a fim de fazer a máquina pública funcionar, entendendo que a independência foi assinada sem que as partes levassem em consideração a condição específica das Colônias, como é o caso da Guiné-Bissau. Não havia uma estrutura técnico-administrativa nativa para assegurar o novo Estado e dar a continuidade aos desafios de governança. A fim de compreender o cenário, havia o ressentimento dos 11 anos de confrontos militares e diplomáticos, bem como a pressão

interna feita pela metrópole para a desocupação de territórios, em detrimento da elaboração de diretrizes consistentes para bases sólidas que sustentariam a implementação de um novo modelo político de governo (Semedo, 2011).

Entretanto, se por um lado o PAIGC, que por longo período viu grande parte da sociedade que defendia sendo marginalizada dos principais direitos sociais, políticos e econômicos, preferiu uma independência total, abdicando da oportunidade de poder contar com a contribuição e experiência de Portugal na instalação do recém-proclamado Estado, por outro, assistiu-se à excessiva euforia dos liberais de 25 de abril a observar apenas a retirada das forças coloniais como solução imediata. Todavia, os acordos de autodeterminação abdicaram dos impactos de mais de quatro séculos da presença no além-mar (Semedo, 2011, p. 97).

Salienta-se o abandono total das Forças Armadas portuguesas, vistas na época como um instrumento eficaz da estrutura organizacional que Portugal mantinha na Guiné, eliminando importantes mecanismos de apoio à implementação do Estado pós-colonial. De imediato essa ruptura teve reflexo – mesmo com o apoio que o PAIGC recebia por parte dos aliados, como: ex-URSS, Suécia, Cuba entre outros parceiros –, em termos administrativos, dificultando o atendimento das demandas exigidas pela burocracia pública (Semedo, 2011).

Recorda-se que o PAIGC, após a independência, decidiu afastar os indivíduos subalternos à administração colonial, inclusive alguns condenados por crime de traição à pátria. Apesar de ser um regime considerado de ditadura militar, os comissariados (termo na época equivalente ao ministério), foram assumidos por militantes que desempenhavam funções políticas durante a revolução. Por outro lado, os que se destacavam por habilidades militares, em sua maioria, concentravam-se nos quartéis, em funções de governadores de regiões ou como diretores gerais em repartições públicas. Tanto de um lado, como do outro, era notório a escassez de técnicos com a qualidade necessária das exigências administrativas (Semedo, 2011).

É importante frisar, que a conquista da independência da Guiné-Bissau foi diferenciada, em comparação as demais ex-colônias francesas e inglesas, como: Guiné-Conacri, Senegal, Gâmbia, Serra Leoa e Mali. A conquista da independência, desses países vizinhos, foi por meios pacíficos, enquanto em territórios ocupados por Portugal (Moçambique, Angola, Cabo-Verde e Guiné-Bissau), o diálogo foi deficitário entre as partes, provocando processos de luta armada violenta para obtenção da independência (Semedo, 2009).

O PAIGC, oficialmente, assumiu o controle do poder político na Guiné-Bissau em 1974, após a Revolução dos Cravos, em Portugal. Durante 16 anos foi protagonista do cenário político do país, com o regime do partido único (ditadura militar), usando práticas repressivas como método de controle

de grupos que contrariavam o regime, a fim de se manter no poder. O PAIGC não permitia a participação de outra força política, e não estabeleceu quanto tempo duraria o seu domínio político. É um partido que detinha um poder absoluto sobre todo o território nacional, legitimado pelo artigo 4º da primeira Carta Constitucional da Guiné-Bissau: “o partido é o único e legítimo dirigente e representante político da sociedade guineense” (Semedo, 2009).

OS DESAFIOS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS (STATUS DE ESTADO FRÁGIL)

Abdou Jarju (2019) fundamenta que a Guiné-Bissau, depois de cinco décadas como Estado politicamente independente, até então não conseguiu encontrar o caminho correto, com vista a uma governança estável, que lhe permita prosseguir como um Estado moderno, dignificando o bem-estar socioeconômico do seu povo.

Desde sua afirmação enquanto um Estado independente, Guiné-Bissau enfrenta dificuldades na construção de uma nação coesa, com sinais de progresso, mesmo após a declaração unilateral da sua independência, no qual o novo Estado obteve reconhecimento e ajuda da comunidade internacional, com os quais manteve relações bilaterais de cooperação (Jarju, 2019).

Este sucesso inicial na angariação de apoios deu-se por causa do dividendo retirado de uma diplomacia de excelência, herdada da luta pela libertação nacional. O pai da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral, foi considerado um diplomata notável e deixou um legado diplomático muito positivo que, se fosse bem aproveitado, permitiria um bom início de desenvolvimento para a Guiné-Bissau. Mas isso não aconteceu visto que a Guiné-Bissau, desde então, esteve sempre imersa numa instabilidade crónica (Jarju, 2019, p. 13-14).

Na década de 1990, Guiné-Bissau não escapou da terceira onda da democracia e das pressões internacionais que lhe obrigaram a adotar o sistema da democracia liberal, abrindo-se ao multipartidarismo, com a escolha do sistema semipresidencialista como modelo do seu sistema de governo. Até então, a mudança de sistema não trouxe o progresso nem a paz almejada pelos guineenses, pelo contrário, agravou a instabilidade e a violência, levando o país a entrar, ciclicamente, em sucessivas crises (Jarju, 2019).

Kamilla Rizzi (2010) salienta que o Escritório das Nações Unidas para Drogas e crimes (UNODC) confirma que a Guiné-Bissau está se tornando o mais novo Narco-Estado Mundial, estimando que, aproximadamente 40 toneladas de cocaína, transitam pelo território guineense por ano, confirmando o país como rota de tráfico internacional originado da América do Sul com destino na Europa. O estudo da autora apontou que o tráfico é um dos fatores que fomentam a instabilidade no país, porque alguns

membros do Exército facilitariam o comércio ilegal, ao garantirem a passagem de barcos e aviões que transportam narcóticos. No ranking sobre a percepção da corrupção da Transparência Internacional, em 2008, a Guiné-Bissau ocupou a posição 158 de um total de 180 países. Nos últimos anos, a corrupção generalizada ampliou-se através da ação dos cartéis de drogas, várias vezes infiltrados nas Forças Armadas, na administração civil e mesmo no poder judiciário.

Um dos entraves à constituição do Estado de Guiné-Bissau, deve-se a ausência de uma elite intelectual autônoma, com propostas reais que sirvam como base norteadora ao processo de desenvolvimento, além de um poder comprometido em promover o bem-estar comum, o empreendedorismo (dinamizador do mercado), aliado a oportunidades de emprego, bem como a implantação de políticas públicas (Semedo, 2009).

Historicamente o processo de construção do Estado guineense foi marcado por disputas violentas de luta pelo poder, um cenário multifacetado de confrontação – quer do ponto de vista social, quer étnico ou político – que contribuiu para inibir a construção de consensos em torno da política governativa. A meu ver, o grande problema é que o país não conseguiu se desvincular ou distanciar-se das lutas fratricidas do passado e toda a possibilidade de fazê-lo progredir social, política e economicamente está condenada e ou presa ao histórico de sucessão de conflitos ainda presentes na prática política dos atores (Semedo, 2011, p. 114).

É importante considerar o reflexo do passado colonial como uma das possíveis explicações para compreender o atual contexto guineense. A gênese dos conflitos, que hoje constitui o entrave na construção do Estado na Guiné-Bissau, foi o resultado do seu processo de formação colonial (Semedo, 2011).

A Guiné-Bissau pós-independência e pós-abertura democrática, tem inscrito no seu histórico uma estatística de levantes, insurgências, espancamentos entre outros, que acabaram por transformar o país num Estado de permanente instabilidade, por conta de momentos tensos vivenciados desde o golpe de 1980. Aliás, a África subsaariana, em seu histórico, possui um conjunto de conflitos, guerras civis e permanentes levantes, tendo como exemplo os casos de Níger, Serra Leoa e outros (Teixeira, 2020).

Seria impossível analisar a evolução política, social e econômica da Guiné-Bissau sem, no entanto, referir várias ações subversivas que enfraquecem o Estado, colocando-o, segundo a visão de alguns analistas, na condição de um Estado institucionalmente frágil. Um Estado no qual os fatores da instabilidade estão enraizados, a ponto de estimular a existência de um ciclo permanente de violência interna e de insegurança regional, no qual as instituições governamentais não conseguem dar resposta sem o auxílio externo (Barros, 2014).

O país tem sido caracterizado como um Estado fortemente marcado pela cultura de centralização da autoridade absoluta, por instituições fracas, por uma gestão deficiente do setor da segurança, com um reduzido nível de desenvolvimento, pobreza generalizada e com antecedentes de conflito e cisões sociais que o transformam num Estado frágil. Este oscilar constante do país, entre momentos pontuais de estabilidade e de alguma recuperação econômica em detrimento a períodos de forte instabilidade, que marca o cenário político, social e econômico da Guiné-Bissau (Barros, 2014).

Salienta-se que a instabilidade política constante, resulta na persistência da pobreza, uma vez que os fracos ganhos econômicos registrados após cada período de crescimento são anulados pelo surgimento de novas crises políticas. Para além disso, a falta de capacidade da economia em gerar empregos bem remunerados e a baixa participação no crescimento nacional em áreas rurais, agravam ainda mais a pobreza (Barros, 2014).

Convém argumentar que a situação na Guiné-Bissau é preocupante, tendo as Forças Armadas o controle de todos os passos governamentais nas últimas décadas. O governo enfrenta armadilhas na tentativa de construir uma administração eficiente, entendendo que a instabilidade política é resultante da rivalidade entre o poder político e o poder militar. A instabilidade político-militar é responsável pela instabilidade econômica entre as elites governamentais e a população. A degradação da qualidade de vida e a pobreza generalizada, agravou o descontentamento social, minando toda a tentativa da consolidação da democracia e do Estado de Direito.

Com a entrada do multipartidarismo a instabilidade política na Guiné-Bissau ganhou outra dimensão: de 1990 até 2018, teve 21 Primeiros-ministros, em média de 1994 até 2018, teve 1,25 Primeiro-ministro por ano; Presidentes da República incluindo de transição e interino teve 7, num universo de 49 partidos políticos legalmente inscritos. Em termos de comparação, Cabo Verde teve 5 Primeiros-Ministros e 4 Presidentes da República entre 1975 e 2018 (Da Costa, 2019, p. 3).

Na Guiné-Bissau, a justiça não tem um consenso racional, sendo que as leis não se aplicam a todos. Os verdadeiros detentores do poder real são militares, tendo o poder civil sucumbido pela instabilidade política crônica, gerando uma cultura de assassinatos derivados da impunidade. A noção de justiça e bem-estar social, como âncora do Estado de Direito, não se aplica em Guiné-Bissau (Da Costa, 2019).

Apesar da democracia ser o contraponto das ditaduras, sua efetivação em Guiné-Bissau é representada por graves abusos e sistemáticos atropelos a Constituição do país, com pouco zelo nos princípios de separação de poderes, gerando um forte autoritarismo e uma confusão entre o público e o

privado. Mesmo tendo uma Constituição que assegura a separação de poderes, a garantia e o respeito pelos princípios fundamentais, é possível assistir, de uma forma contínua, a interferência dos militares na política, desmandos dos presidentes, subjugação do poder político ao poder militar ao atropelo das leis e a promoção de Clientelismo. Embora a luta constante à implementação de um regime democrático efetivo, observa-se que as inúmeras eleições não foram suficientes para sua verdadeira implementação (Carvalho, 2014).

A instabilidade é um problema crônico na Guiné-Bissau que existe desde a independência, motivada por uma panóplia de razões, muitas delas ainda por identificar. No entanto, nem sempre afetou o país da mesma forma ou com a mesma intensidade. Durante a vigência do regime de partido único, as contradições no seio do PAIGC foram apontadas como causa das inúmeras intencionalidades. Seguiu-se a abertura ao multipartidarismo, vista como solução ou garantia de alguma estabilidade interna. A realidade acabou por mostrar exatamente o contrário e, mais uma vez, vieram à baila «frissons» no seio do PAIGC como causa desse flagelo. Essa instabilidade foi algumas vezes abafada ou até controlada acabando por ter pouca relevância em termos de alteração do cotidiano do país (Carvalho, 2014, p. 72).

De 1998 ao presente momento, a história da Guiné-Bissau apresentou sucessivos acontecimentos, sendo alguns de extrema violência, destacando-se: assassinatos dos governantes em pleno exercício das suas funções (Ansumane Mané, General das Forças Armadas assassinado em 2000; Veríssimo Seabra, General das Forças Armadas, assassinado em 2003; Tagme Na Waie e João Bernardo Vieira – ambos Chefes de Estado Maior e General das Forças Armadas –, e o último Presidente da República em pleno exercício). Com isso, o país e o mundo assistem a esses acontecimentos com sobressaltos permanentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida pública na Guiné-Bissau é marcada pela instabilidade política, fragilidade do Estado e no descumprimento ou violação das normas do Estado de Direito democrático, precisamente no que diz respeito à submissão do poder militar ao poder civil. O país não conseguiu superar os danos políticos, sociais e econômicos causados pelo conflito político-militar, que ocorreram, principalmente, entre os anos de 1998 a 1999. Djú (2019), ressaltou que esta constante instabilidade política, resultou em quedas de governos que, em média, não conseguem ultrapassar seis meses de governança. Assim sendo, há permanente intervenção militar nos assuntos políticos da Guiné-Bissau, mesmo com todos os esforços à reconstrução do país e para consolidação da democracia e do Estado de Direito.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Miguel. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas**. UE-PAANE. Edições Corubal. 1ª Edição: Outubro de, 2014.
- CARVALHO, Celisa dos Santos Pires de. **Guiné-Bissau: a instabilidade como regra**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Curso de Ciência Política Cidadania e Governança, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014 Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream>.
- DA COSTA, Paulo António. **Instabilidade Política na Guiné-Bissau: dimensões, causas e efeitos**. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal), 2019.
- DJÚ, Edgar. Estado guineense e o desenvolvimento nacional. **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, MA, agosto de, 2019.
- JARJU, Abdou. **A Instabilidade Crónica da Guiné-Bissau: do Golpe de Estado de 1980 a 2018**. Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa. Universidade Católica Portuguesa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/28133>
- RIZZI, Kamilla. A Instabilidade Contínua na Guiné-Bissau. **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, v. 11, n. 117, p. 23-26, 2010.
- SEMEDO, Rui Jorge. O Estado de Guiné-Bissau e os Desafios Político-Institucionais. **Tensões Mundiais**, v. 7, n. 13, p. 95-136, 2011.
- SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- TEIXEIRA, Tamilton Gomes. **Análise Histórica e Social do Conflito e da Instabilidade Política na Guiné-Bissau e suas Configurações (1980-2019)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Lisboa, 2020.